

PROFESSORAS LÉSBICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ENTRE SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS

Gabriela Cruz Tavares¹
Francisca Gerlânia Lima da Silva²
Maria Yara Ferreira Rocha³
Camila Ricarte Dantas Carvalho⁴

RESUMO

Este artigo analisa as experiências de professoras lésbicas no contexto da Educação Física escolar, com foco nas dinâmicas de silenciamento, resistência e invisibilidade enfrentadas no exercício da docência. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada com quatro docentes do Maciço de Baturité-CE, a partir de entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica, articulando teoria e vivências. Os resultados evidenciam que o ambiente escolar, longe de ser neutro ou acolhedor, reproduz práticas discriminatórias que colocam as professoras em constante vigilância e autocensura, muitas vezes associadas à precariedade dos vínculos trabalhistas. Observou-se ainda a ausência de políticas públicas específicas voltadas às mulheres lésbicas, assim como lacunas na formação inicial e continuada de professores quanto às discussões de gênero e sexualidade. Conclui-se que a inclusão da temática da lesbofobia nos currículos e nas práticas pedagógicas é fundamental para a construção de uma escola mais democrática e inclusiva. Este estudo contribui para o debate acadêmico e social sobre a necessidade de visibilizar e valorizar a presença de mulheres lésbicas na educação, rompendo com o silêncio historicamente imposto a essas docentes.

Palavras-chave: Educação Física. Professoras Lésbicas. Silenciamento. Escola.

ABSTRACT

This article analyzes the experiences of lesbian teachers in the context of Physical Education, focusing on the dynamics of silencing, resistance, and invisibility faced in their teaching practice. The research, of qualitative nature, was conducted with four teachers from the Maciço de Baturité-CE, through semi-structured interviews and bibliographic review, articulating theory and lived experiences. The results show that the school environment, far from being neutral or inclusive, reproduces discriminatory practices that place teachers under constant surveillance and self-censorship, often reinforced by precarious employment relations. It was also observed the absence of public policies specifically aimed at lesbian women, as well as gaps in both initial and continuing teacher education regarding discussions on gender and sexuality. It is concluded that the inclusion of lesbophobia as a theme in curricula and pedagogical practices is essential for building a more democratic and inclusive school. This study contributes to the academic and social debate on the need to make lesbian women visible in education, breaking the historical silence imposed on these teachers.

Keywords: Physical Education. Lesbian Teachers. Silencing. School.

¹ Mestra em Educação (UFSM).

² Graduanda em Licenciatura em Educação Física (UnIMB).

³ Graduanda em Licenciatura em Educação Física (UnIMB).

⁴ Mestra em Humanidades (UNILAB).

1. INTRODUÇÃO

A escola é comumente idealizada como um espaço democrático, plural e promotor de igualdades. No entanto, a realidade vivida por docentes e discentes revela um cenário marcado por hierarquias, normatizações e violências sutis e explícitas. Conforme destaca Louro (1997), a instituição escolar, longe de ser neutra, reproduz e reforça relações desiguais de gênero, raça e classe, atuando como um aparato de manutenção de privilégios e de silenciamento de identidades dissidentes. Bento (2011) complementa essa perspectiva ao afirmar que a ideia de "diversidade" no ambiente educativo é, com frequência, uma falácia que oculta a perpetuação de valores hegemônicos e a exclusão estrutural daqueles que fogem à norma.

É nesse contexto de apagamento e resistência que se insere a presente pesquisa, que tem como foco central a vivência de professoras lésbicas no exercício da docência, com especial atenção à área de Educação Física. Este estudo é fruto da continuidade de um trabalho investigativo iniciado pela professora e coordenadora do curso de Educação Física da UNIMB, que realizou pesquisas preliminares sobre o cotidiano de mulheres lésbicas na docência. Diante da percepção da relevância e da lacuna acadêmica ainda existente sobre o tema, duas discentes lésbicas do mesmo curso decidiram dar sequência ao projeto, movidas não apenas pelo interesse acadêmico, mas por seu lugar de fala enquanto lésbicas e futuras professoras de Educação Física área historicamente marcada por forte segregação de gênero e normatização corporal.

A ampliação da pesquisa permitiu aprofundar a análise por meio de uma abordagem interseccional e autobiográfica, articulando experiência profissional, vivência pessoal e formação acadêmica. Dessa forma, o estudo assume um caráter colaborativo e militantemente posicionado, buscando romper com o silêncio que envolve a existência lésbica no ambiente educacional, particularmente no contexto da Educação Física, onde estereótipos de gênero e sexualidade são frequentemente reforçados.

Nosso objetivo central é investigar como as professoras lésbicas vivenciam seu cotidiano profissional, compreendendo de que maneira os espaços escolares e acadêmicos tanto públicos quanto privados as desvalorizam, invisibilizam ou as reduzem a estereótipos. Além disso, buscamos identificar se existem políticas públicas específicas voltadas para a promoção da inserção e da permanência de mulheres lésbicas no mercado de trabalho, em especial na educação.

A justificativa para este trabalho também se ancora na experiência vivida pela autora enquanto professora e mulher lésbica atuante no Maciço de Baturité-CE. Em muitos momentos,

sua orientação sexual foi fonte de constrangimento, especialmente em instituições de tradição religiosa ou em contextos nos quais a heteronormatividade é rigidamente imposta. Esse relato não é isolado: muitas docentes lésbicas precisam gerenciar diariamente a dupla pressão entre ser professora e ser lésbica, muitas vezes optando pelo silêncio como estratégia de sobrevivência profissional.

Como bem pontua Ribeiro (2009, p. 204), "uma professora que, entre tantas outras características, é lésbica, correrá o risco de ser vista, antes de tudo (ou somente) como professora lésbica - e, quem sabe por isso, menos professora". Essa redução identitária não apenas limita suas possibilidades de atuação, mas também as expõe a formas específicas de discriminação, como a lesbofobia - termo que designa a intersecção entre homofobia e misoginia, conforme discutido por Raga (2017) e Borrillo (2009).

Assim, este artigo se propõe a romper o silêncio que cerca a existência lésbica no ambiente educacional, com especial enfoque na área de Educação Física. Através de um diálogo entre teoria acadêmica, relatos autobiográficos e vozes de outras professoras lésbicas da região do Maciço de Baturité, buscamos não apenas denunciar as opressões, mas também afirmar a potência política e pedagógica de docentes que resistem muitas vezes à sombra, mas sempre em luta. Que este trabalho sirva como um grito de existência e um chamado para que a escola seja, de fato, um espaço de todos e para todos, inclusive para aquelas que ousam existir fora da norma heterossexual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A NECESSIDADE DO FEMINISMO DENTRO DA ESCOLA: UM DEBATE SOBRE GÊNERO E EDUCAÇÃO

O movimento feminista teve duas grandes ondas que podem ser consideradas divisores de águas, temos a primeira ocorrida entre os séculos XIX e XX, basificada na luta das mulheres pelo direito político. Nesta época as mulheres passavam por um período de submissão diário, que a partir disso era algo natural ser oprimido apenas por ser mulher, nesta época temos o então movimento das sufragistas. O sufrágio ou sufragismo, como ficou reconhecido, tomou voz em diversos países ocidentais, onde descreve, Louro (1997) se expandiu com forças e resultados diferentes, a qual seria mais tarde tomado o formato da primeira onda do feminismo, saliento que aqui temos uma autora falando sobre o movimento feminista.

E o segundo momento ou grande onda foi quando se desencadeou as reivindicações em torno da liberação feminina, movimento iniciado na década de 60 e com popularidade em 70.

Nessa época as pautas passaram a trazer o debate em volta das condições de vida e de trabalho de mulheres, tirando a ideiação de que a mulher deveria prestar apenas os serviços voltados para os seus lares. Deixando de serem empregadas de seus maridos, ou mesmo, possuindo direito a ter sua própria renda, deixando de ser dependente de seus conjugues. Foi nessas ondas que o feminismo conseguiu por exemplo que as mulheres pudessem frequentar os espaços educacionais e assim se desenvolveram para o mercado de trabalho. Historicamente as mulheres tiveram seus atos e experiências apagados ou moldados para um bem comum dos homens, tanto que não é visto nos livros de história com frequência atos heroicos das mulheres, e quando são citadas são sempre romantizadas para um par romântico masculino.

Sobre isso a autora Perrot (2007) apresenta que:

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isto é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeito, seus arquivos destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios. Inicialmente, por ausência de registro. Na própria língua. A gramática contribui para isso. Quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural: eles dissimula elas. No caso de greves mistas, por exemplo, ignora-se quase sempre o número de mulheres (Perrot, 2007, p. 21).

O estudo sobre gêneros devem ser pautas presentes dentro da escola, como meio de diminuir a carga histórica posta sobre as mulheres, em que essas não poderiam nem mesmo frequentar esse espaço, e atualmente quando uma mulher engravida ela pouquíssimas vezes retorna para a escola nesse curto tempo, muitas desistam por não ter apoio da família e também da escola, onde deveria ser no local que essa mulher deveria ser melhor acompanhada, pois não é porque a mesma gerou uma vida que ela não poderá mais planejar o seu futuro e lutar por ele. Além de que é dentro da escola ainda resistem muitos discursos que separam mulheres e homens, como por exemplos os esportes que são divididos entre esportes para mulheres e os esportes para os homens.

Sobre isso, Bento (2011) afirma que:

Os brinquedos, as cores das roupas e outros acessórios que comporão o enxoval são escolhidos levando-se em conta o que seria mais apropriado e natural para uma vagina e um pênis. No entanto, como é possível afirmar que todas as crianças que nascem com vagina gostam de rosa, de bonecas, de brinquedos que não exigem muita força, energia e inteligência? Aquilo que evocamos como um dado natural, o corpo-sexuado, é resultado das normas de gênero. Como afirmar que existe um referente natural, original, para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinando o certo e o errado, o normal e o patológico? O original já nasce “contaminado” pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo (Bento, 2011)

É possível observar que o gênero masculino é o mais desejado pelos homens, pois esses possuem o imaginário de que uma menina dará mais trabalhos, já que eles mesmos já conhecem

a realidade das mulheres, onde sofrem assédio desde muito cedo, o mercado de trabalho enxerga a mulher como figura que sempre exercerá trabalhos de cunho domésticos, as pretensões salariais sem menores. Portanto os próprios homens sabem da realidade, porém um filho homem seria o motivo de orgulho, é o futuro jogador de futebol, ou mesmo o famoso entre as mulheres. Muito antes da criança nascer o pai ou mãe já idealizaram todos os passos do filho, os esportes que ele irá praticar, o curso superior que ele vai seguir.

Sobre gênero Cisne (2015, p. 85-86), discorre:

Seu objetivo advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar desigualdades entre homens e mulheres, analisadas, pois, como construções sociais, determinadas pelas relações e nas relações sociais [...] O conceito de gênero veio também no sentido de analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres não deveriam apenas limitar-se a categoria mulher, mas esta deve sempre ser analisada de forma relacional ao homem (Cisne, 2015, p. 85-86).

Nesse contexto de luta por uma educação mais crítica e inclusiva, a contribuição de Paulo Freire permanece profundamente relevante. O educador já defendia, em seu legado teórico, que a escola deveria formar indivíduos capazes de reconhecer e combater as múltiplas formas de opressão incluindo aquelas baseadas em gênero e sexualidade. Sua proposta de uma "educação libertadora" mantém-se urgente, ainda que a instituição escolar, em muitos aspectos, continue distante dessa ideal, reproduzindo, não raro, as mesmas estruturas que deveria transformar. Para Freire, a educação não pode se eximir de seu papel político: é na escola que se deve iniciar a desconstrução das relações opressivas, formando sujeitos conscientes de seus direitos e capazes de intervir criticamente na realidade.

Diante desse desafio, torna-se imperioso incluir os estudos de gênero como eixo estruturante do projeto pedagógico. Muitas vezes, as famílias por desconhecimento, influência de discursos conservadores ou receio não compreendem o sentido político e social dessas discussões, chegando a estereotipar e banalizar as pautas feministas. Narrativas que associam o movimento a “mulheres que não querem casar” ou “vagabundas” não apenas distorcem sua história e suas conquistas, mas também reforçam visões patriarcais que limitam a autonomia e a liberdade de escolha das mulheres.

A escola, portanto, deve posicionar-se como um espaço de acolhimento, informação e resistência, oferecendo instrumentos para que alunas e alunos possam compreender e questionar as normas de gênero que organizam a vida social. Mais do que suprir uma eventual lacuna deixada pelas famílias, a educação formal tem o dever ético e político de garantir que todas as vozes sejam ouvidas, todas as existências respeitadas e todas as opressões enfrentadas. Só assim

será possível construir um ambiente verdadeiramente democrático, onde a diversidade não seja apenas tolerada, mas celebrada como fundamento da experiência humana.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de natureza qualitativa, orientado pela compreensão das experiências vividas por professoras lésbicas no exercício da docência em escolas do Maciço de Baturité, Ceará. O caráter qualitativo permite analisar significados, percepções e estratégias de resistência diante do silenciamento e da invisibilidade institucional (Minayo, 2001).

O estudo é fruto da continuidade de uma investigação iniciada por uma professora do curso de Educação Física, que realizou pesquisas preliminares sobre o cotidiano de mulheres lésbicas na docência. Percebendo a relevância e a lacuna acadêmica no tema, duas discentes lésbicas decidiram dar sequência ao projeto, ampliando a análise e aprofundando o debate. Dessa forma, a pesquisa assume caráter colaborativo, articulando experiência profissional, vivência pessoal e formação acadêmica.

A metodologia combinou pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, permitindo confrontar a produção teórica sobre gênero, sexualidade e docência com relatos empíricos das participantes. A revisão bibliográfica considerou autores reconhecidos na área, incluindo Louro (1997; 2016), Bento (2011), Butler (1990; 2003), Scott (1995), Rich (1980), Hooks (2019), Facco (2009) e Rios (2009), com o objetivo de compreender os mecanismos de silenciamento e invisibilização das professoras lésbicas.

As entrevistas foram realizadas utilizando *Google Forms* e áudios enviados via WhatsApp, garantindo maior flexibilidade e segurança às participantes, especialmente considerando o contexto da pandemia de Covid-19. Todas as falas foram transcritas pelas autoras da pesquisa, preservando o anonimato das entrevistadas e garantindo rigor ético.

O corpus empírico é composto por quatro professoras lésbicas, com idades entre 23 e 37 anos, atuantes no ensino médio da rede estadual de educação. Todas as participantes lecionam em escolas localizadas no Maciço de Baturité, e foram selecionadas a partir de critérios de acesso, disponibilidade para participação e identificação como mulheres lésbicas.

Para a análise dos dados, adotou-se a análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias significativas nos relatos das professoras. As categorias principais emergentes foram: o armário docente como estratégia de sobrevivência,

lesbofobia velada e explícita no ambiente escolar e ausência de políticas públicas voltadas a mulheres lésbicas.

O estudo respeitou os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo consentimento informado, sigilo e a possibilidade de abandono da pesquisa a qualquer momento. Dessa forma, a metodologia adotada possibilita compreender como o contexto escolar e as políticas educacionais impactam a vivência de professoras lésbicas, revelando os desafios e estratégias de resistência presentes no cotidiano docente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1A ESCOLA COMO ARMÁRIO: UM SILENCIAMENTO DOCENTE.

Para que possamos dialogar com as pautas apresentadas pelas participantes desta pesquisa, optamos por nomeá-las a partir das áreas do conhecimento que estruturam o currículo do ensino médio: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa escolha tem um caráter metodológico e ético, pois cada grande área corresponde a uma participante da pesquisa. Contudo, é importante ressaltar que as disciplinas atribuídas não correspondem, necessariamente, à área de atuação dessas docentes, mas funcionam como recurso de proteção de identidade, garantindo o sigilo das sujeitas envolvidas.

A escola, entretanto, emerge como um espaço paradoxal. Se, por um lado, é amplamente defendida como um ambiente democrático, plural e transformador de vidas, por outro, pode se materializar como um verdadeiro “armário” social, que silencia e invisibiliza sujeitos que não se enquadram nas normas heteronormativas dominantes. O “permaneça em seu armário” não é apenas uma metáfora, mas uma ordem simbólica que atravessa corpos e trajetórias, impondo às professoras lésbicas entrevistadas uma condição de constante vigilância, medo e autocensura.

Esse silenciamento não foi apenas subjetivo ou simbólico: ele se manifestou concretamente no processo de pesquisa. As docentes chegaram até nós em vozes abafadas, porque as instituições nas quais atuam recusaram-se a permitir sua participação. Ou seja, a escola que deveria ser espaço de diálogo, de exercício de cidadania e de afirmação da diversidade atuou como mecanismo de exclusão. A recusa institucional de legitimar a fala dessas professoras denuncia o caráter estrutural do preconceito que atravessa o campo

educacional, mesmo em ambientes dirigidos por homens e mulheres que se identificam como LGBTQIA+.

Essa contradição revela uma faceta cruel: a presença de pessoas LGBTQIA+ em cargos de gestão não garante, por si só, uma postura de acolhimento ou de combate às práticas discriminatórias. Muitas vezes, a lógica da manutenção de poder e da preservação da imagem da escola como “neutra” reforça a invisibilização de identidades dissidentes. O resultado é a perpetuação de uma cultura escolar que, em vez de promover a emancipação, acaba reproduzindo violências simbólicas e institucionais.

Diante desse cenário, é preciso questionar de forma crítica: até que ponto os espaços educativos brasileiros são verdadeiramente inclusivos? Se a pluralidade e a diversidade aparecem de forma tão intensa nos discursos oficiais e nas legislações, por que, na prática, professoras lésbicas ainda são empurradas para os armários institucionais? Esse abismo entre o que se proclama e o que se pratica expõe o quão preconceituoso pode ser a realidade escolar, marcada por omissões, silenciamentos e estratégias de exclusão veladas.

É nesse contexto que as vozes das participantes desta pesquisa ganham força. Suas falas não apenas denunciam as contradições vividas cotidianamente, mas também revelam o peso do silenciamento imposto pela escola. Elas demonstram que a luta por reconhecimento e respeito ainda é urgente, e que a educação enquanto prática social e política precisa enfrentar seus próprios preconceitos para, de fato, tornar-se um espaço de transformação e emancipação.

Sobre este fato marcado no parágrafo anterior podemos discutir sobre o quão preconceituoso são os espaços educativos, de tal forma as participantes declaram:

“A priori não desejei participar da pesquisa, pois meu diretor poderia ficar sabendo e talvez o mesmo não entenderia bem. Esse não entendimento poderia por exemplo não renovar meu contrato, preciso esclarecer que são docente temporária. Talvez se fosse uma efetiva a tratativa fosse bem diferente em relação a gestão.” (MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS – PROFESSORA LÉSBICA 1)

“Entendo a relevância de pesquisas com essas temáticas, mas muitas de nós meninas que são lésbicas que trabalham como professoras mantemos o que muitos vão chamar de “armário”, mas no meu caso assumo a minha orientação. Onde trabalho é um local de zona rural a mentalidade de muitos pais é pesado até mesmo de descrever, porém meu armário já tá sem portas faz tempo.” (CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS – PROFESSORA LÉSBICA 2)

A primeira fala revela de forma contundente a vulnerabilidade das professoras contratadas em regime temporário dentro da escola. A docente de Matemática e suas Tecnologias explicita que sua participação na pesquisa foi inicialmente evitada por medo das possíveis represálias da gestão escolar. O receio de não ter o contrato renovado evidencia não apenas a precariedade das relações de trabalho, mas também como essa precariedade se converte em um mecanismo de controle e silenciamento. Ou seja, o vínculo temporário, em vez de ser apenas uma questão administrativa, torna-se um fator determinante na liberdade de expressão da docente, sobretudo quando se trata de sua orientação sexual. Isso aponta para uma dimensão estrutural da LGBTfobia no ambiente escolar: a ameaça de desemprego funciona como ferramenta de repressão, reforçando a invisibilidade e a manutenção do “armário” institucional.

Além disso, a fala dessa professora traz à tona a diferença de tratamento entre docentes efetivas e temporárias, o que reforça a desigualdade não apenas no plano trabalhista, mas também no plano da autonomia e da dignidade profissional. Enquanto a efetividade pode oferecer certa proteção, ainda que relativa, o contrato temporário expõe a docente a riscos maiores de coerção e punição, especialmente quando suas identidades ou posicionamentos contrariam a lógica conservadora da gestão escolar. Dessa forma, a experiência narrada ilustra como a LGBTfobia não se manifesta apenas por meio de atitudes individuais de preconceito, mas também se entrelaça com relações de poder e estruturas institucionais que limitam a liberdade e a segurança das professoras lésbicas.

Na segunda fala, da docente de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o “armário” aparece como categoria central de análise, mas em outra perspectiva. A professora reconhece que muitas mulheres lésbicas que atuam no magistério ainda se mantêm em silêncio, escondendo suas identidades, justamente por causa do peso social da heteronormatividade. No entanto, ela se coloca em posição distinta, afirmando que “seu armário já está sem portas faz tempo”. Essa expressão, marcada por força e resistência, simboliza um processo de enfrentamento, de rompimento com o silêncio e de recusa em viver sob o peso da invisibilidade.

Contudo, mesmo nessa posição de visibilidade, a docente aponta para um contexto de extrema hostilidade: lecionar em uma escola localizada na zona rural, onde a mentalidade de muitos pais é descrita como “pesada até de relatar”. Aqui, vemos a intersecção entre identidade sexual, território e cultura local. O espaço rural, muitas vezes associado a valores mais tradicionais, apresenta barreiras ainda mais rígidas para a aceitação da diversidade. Assim, a coragem da professora em assumir-se lésbica ganha ainda mais relevância política e social, uma

vez que sua presença visível desafia diretamente os padrões conservadores e provoca fissuras no discurso hegemônico.

Ao analisarmos as duas falas em conjunto, percebemos que o “armário” não é uma metáfora estática, mas sim um campo de disputas. Para algumas docentes, ele é um refúgio imposto pela precariedade e pelo medo de perder o emprego, como no caso da professora temporária. Para outras, o armário pode ser rompido como ato de resistência, ainda que isso implique enfrentar diariamente preconceitos e hostilidades, como demonstra a professora da zona rural. Em ambos os casos, o que se evidencia é que a escola, longe de ser espaço seguro e democrático, reproduz as violências sociais mais amplas, reforçando desigualdades e, em muitos momentos, negando às professoras lésbicas o direito pleno à existência e à expressão de suas identidades.

Essas experiências dialogam diretamente com o contexto mais amplo dos espaços escolares, onde não apenas professoras, mas também muitos educandos, sentem-se obrigados a “guardar no armário” sua orientação sexual para serem aceitos entre colegas e sujeitos que compõem seu ciclo social. Assim, a escola, em vez de se consolidar como espaço democrático de inclusão, reflete e reproduz as discriminações de gênero, etnia e orientação sexual já presentes na sociedade brasileira. No caso específico desta pesquisa, apenas uma das quatro docentes entrevistadas declarou que sua orientação sexual é conhecida no ambiente profissional e entre seus alunos, o que evidencia a permanência de uma cultura de silêncio que se impõe sobre as demais.

Junqueira (2009), salientam que escola também produz sujeitos e subjetividades:

[...] Reproduz padrões sociais, iníquos, perpetua concepções e valores hegemônicos, naturaliza relações autoritárias, reitera hierarquias opressivas, sanciona clivagens sociais e legitima a acumulação desigual de recursos e prestígio (Junqueira, 2009, p. 162).

Considerarmos também a escola como um ambiente excepcional de transformação social, onde a partir dela podemos estimular ações que gerem reflexões tanto individuais como coletivas, iniciando sobretudo pela não discriminação de seus professores, que tem como orientação sexual diferente ou neste caso, professoras lésbicas.

Nesse tocante, as participantes discorrem um pouco sobre suas práticas docentes como professoras lésbicas:

“Sou uma professora como qualquer outra da escola, a diferença que observo é que algumas pautas sempre são encaminhas para mim. Sou lésbica assumida, e como sou da cidade onde leciono isso acabar por não ser segredo no meu local de trabalho.

Procuro manter ética e seguir fazendo aquilo que gosto, que é lecionar. Conheço algumas amigas de profissão que chegam até mesmo a negar para seus coordenadores ou pais de alunos, no meu caso procuro manter minha ética profissional, pois o que tenho para fazer na escola é educar.”

(CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS – PROFESSORA LÉSBICA 2)

“Acredito que se todos soubessem sobre a minha sexualidade a minha relação com a gestão, os alunos e suas famílias seria abalada. É complicado conversar sobre isso, pelo fato de que sou reservada, como você percebeu na conversa que tivemos, mas a escola atualmente é um espaço delicado, as discussões acabam saindo rua fora”.

(LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS – PROFESSORA LÉSBICA 3)

“Convivo com sujeitos diferentes e isso já me coloca em uma realidade diferente da minha enquanto lésbica, o meu círculo de amigos é LGBT, mas o meu trabalho é composto por pessoas heteros. O que quero dizer é que a minha prática docente não tem nada a ver com a minha pessoal, sigo sendo uma boa professora e colaborando com a minha escola, tal qual os outros docentes.

CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS – PROFESSORA LÉSBICA 4)

É possível identificar nas narrativas da Professora Lésbica 3 e da Professora Lésbica 4 um discurso fortemente normativo, no qual ambas afirmam que a vida pessoal não deve se misturar à prática profissional. Essa perspectiva evidencia a necessidade do silêncio como estratégia de permanência no exercício da docência, uma vez que o simples ato de expor seus desejos e identidades ainda representa risco. Essas falas revelam o peso da sociedade sobre os corpos e sexualidades dissidentes, que acabam sendo constantemente vigiados e censurados. A escola, que deveria constituir-se como espaço acolhedor e emancipatório, demonstra-se, nos relatos, um ambiente de repressão e exclusão.

Outro ponto relevante observado nas entrevistas diz respeito à confusão conceitual no uso de termos como “orientação sexual”, “homossexualidade” e “sexualidade”. Das quatro docentes participantes, apenas uma conseguiu diferenciar e dialogar criticamente sobre esses conceitos. Tal situação causa estranhamento, sobretudo porque se trata de profissionais que, em sua trajetória acadêmica, tiveram contato com discussões voltadas à diversidade. Esse silenciamento conceitual também se estende à ausência de debates sobre o feminino e a temática lésbica, revelando lacunas formativas que atravessam desde a graduação até a prática cotidiana em sala de aula.

Durante as entrevistas, também se percebeu o desconforto das participantes ao serem nomeadas como “professoras lésbicas”. Muitas reforçaram que preferiam ser reconhecidas apenas como “professoras”, sem o marcador de sexualidade. Esse incômodo abre espaço para um debate importante: afinal, o que significa ser “professora” em oposição a ser “professora lésbica”? O termo “lésbica” ainda carrega, socialmente, uma carga de estigmatização que

produz resistência até mesmo entre aquelas que se identificam com ele, demonstrando como a linguagem também se torna campo de disputa e invisibilidade.

No que se refere às políticas públicas, as lacunas tornam-se ainda mais evidentes. Nenhuma das participantes soube citar iniciativas específicas voltadas para mulheres lésbicas no mercado de trabalho, o que reflete a escassez dessas políticas no Brasil. Editais de cotas, por exemplo, frequentemente contemplam pessoas trans e travestis o que é de extrema relevância diante da marginalização que esse grupo enfrenta, mas raramente incluem as mulheres lésbicas, que também sofrem violências e, em muitos casos, abandonam os estudos em razão de situações discriminatórias que atravessam desde o convívio familiar até o ambiente escolar.

Assim, conceber em tempos atuais a construção de um currículo que não leve em conta a alteridade como ponto essencial do reconhecimento à diversidade e não, pensar também no estudo sobre a sexualidade inserido nos conteúdos das várias disciplinas da Educação Básica nos parece improvável, uma vez que: Essa presença da sexualidade (na escola) independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (Louro, 1997, p. 81).

Se a sociedade é marcada por uma multiplicidade de culturas, crenças, etnias e modos de vida, a escola, enquanto reflexo dessa mesma sociedade, tende a reproduzir também suas contradições. Como lembra Facco (2009), as práticas discriminatórias, em especial a homofobia, atravessam não apenas as salas de aula, mas também pátios, corredores, banheiros e demais espaços escolares. Esse dado reforça a necessidade de compreender a escola não apenas como espaço de transmissão de saberes, mas como território político em que se disputam sentidos, se reproduzem desigualdades e, potencialmente, se constroem resistências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, tornou-se evidente que as professoras lésbicas entrevistadas ainda carregam receio de assumir suas orientações sexuais em seus espaços de trabalho, o que demonstra a permanência de um processo de silenciamento. Ressaltamos que essa é a realidade vivida pelas participantes desta pesquisa, podendo ser distinta de outras docentes que não fizeram parte do estudo.

As narrativas revelam que essas mulheres continuam sendo vítimas de uma sociedade que insiste em impor silêncio a corpos e desejos dissidentes, considerados fora da norma. No ambiente escolar, a simples menção à orientação sexual das professoras pode gerar perseguição institucional ou até mesmo a demissão por razões estritamente homofóbicas. Some-se a isso a vigilância constante sobre suas condutas e a necessidade diária de reafirmação de sua competência profissional, o que contribui para práticas docentes marcadas pela tensão, pela invisibilidade e pelo medo.

Concluimos, assim, que é urgente trazer para o espaço escolar debates que contemplem a sexualidade feminina e, em especial, a lesbofobia. A ausência de formações tanto iniciais quanto continuadas voltadas para as questões de gênero e sexualidades, relatada pelas participantes, aponta para a negligência das instituições formadoras. Torna-se indispensável incluir essas discussões nas grades curriculares dos cursos de licenciatura, bem como ampliar programas de pós-graduação e especializações que abordem criticamente tais temas. Somente assim será possível formar profissionais capazes de lidar com a diversidade em toda a sua complexidade, rompendo com as práticas discriminatórias ainda tão presentes.

O objetivo desta pesquisa é funcionar como um grito dirigido à comunidade científica das áreas de direitos humanos, gênero, educação e afins: é preciso pesquisar mais sobre mulheres lésbicas nos espaços escolares e acadêmicos, pois ainda somos consideradas minorias sexuais. É necessário produzir conhecimento, romper com o silêncio que atravessa nossas narrativas e legitimar as vozes que, por muito tempo, foram caladas.

Que este artigo seja compreendido como um grito coletivo de professoras lésbicas que não aceitam mais o silêncio imposto. Que nenhuma de nós tenha medo de afirmar quem é, seja diante de pais, colegas de trabalho ou gestores. Temos os mesmos títulos acadêmicos que qualquer outro docente, e nossa prática profissional não deve ser jamais diminuída por nossa orientação sexual. Enquanto professora, pesquisadoras e discentes lésbicas, escrevemos este trabalho como afirmação de existência, resistência e dignidade e como convite para que nossas vozes ecoem em outras pesquisas e nas salas de aula do presente e do futuro.



REFERÊNCIAS

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549, 2011.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (org.). **Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio**. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009. p. 15-46.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JUNQUEIRA, R. D. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (org.). **Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio**. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009. p. 161-193.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 3 ed.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, P. R. C.; SOARES, G. F.; FERNANDES, F. B. M. Ambientalização de professores e professoras no espaço escolar. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.